

# A discussão do *Novum Militiae Genus* e os problemas colocados às fontes relativas aos Templários: o público, a função e a verdade do documento

Bruno Tadeu Salles

Doutorando em História/UFMG - Professor de História Medieval/UEG

salles\_bruno003@yahoo.fr

**Resumo:** Reconstituir a História da Ordem dos cavaleiros Templários, ou parte desta, demanda uma reflexão a respeito das fontes e dos problemas que elas possam provocar. Além disso, não podemos desconsiderar o papel da fonte no recito historiográfico e as intuições que, no início da prática historiográfica, orientam os passos do historiador e suas atitudes diante da documentação. Nesse sentido, sobretudo a partir dos comentários escritos pelos editores e organizadores dos cartulários templários, propomos uma discussão em torno de certos elementos das fontes dos cavaleiros Templários, como o público, a função e a verdade.

**Palavras Chave:** Templários, Fontes, Papado.

**Abstract:** Reconstructing the History of the Order of the Knights Templars, or part of this, requires a reflection about the sources and the problems that it could cause. Moreover, we can't to disregard the role of the sources in the historiographical recite and the intuitions that, in the beginning of the historiographical practice, guide the historian's steps and his attitudes about the documentation. So, from above all the written comments by editors and organizers of the templars' cartularies, we propose one discussion around certain elements of the sources of the knights Templars such as the public, the function and the true.

**Key words:** Templars, Sources, Papacy.

## O objetivo primordial

Em uma série de conversas, cuja 3ª edição foi publicada em 2008, Jacques Le Goff observou que sua “verdadeira descoberta da Idade Média” acoteceu em 1939, aos 15 anos, quando encontrara os vestígios da igreja abacial de Saint-Semin, a maior igreja romana da França. Relacionar a impressão de Le Goff aos 15 anos e sua proposta de alargamento das fontes<sup>1</sup>, desconsiderando sua trajetória posterior até os *Annales*, pode parecer exagerado. Mas a questão das fontes não é nosso ponto de partida. O ponto de partida está na nostalgia e na pergunta suscitada com o encontro dos vestígios da igreja de Saint-Semin: “quem então tinha construído aquilo e para quem? Como conhecer esses homens e mulheres?”<sup>2</sup> A indagação de Le Goff nos remete à conhecida metáfora de Marc Bloch para o ofício do historiador: “O historiador é como o ogro da fábula: onde sente cheiro de carne humana, sabe que lá está sua presa”<sup>3</sup>.

Outras definições do ofício e do objetivo do historiador, que se expressam de formas diferentes, mas que contém um pouco da nostalgia de Le Goff e da metáfora de Bloch, podem ser reconhecidas nas propostas de Carlo Ginzburg<sup>4</sup> e Adriana Romeiro<sup>5</sup> ao se proporem tentar “reconstituir” e “fazer andar” sujeitos históricos dos séculos XVI e XVIII, respectivamente Menóquio e Ranequim, ou na demanda de Dominique Barthélemy<sup>6</sup> da historiografia restituir ao vassalo dos séculos XI e XII a riqueza de sua vida social, a sua honra e poder

próprios, além dos aspectos pacíficos de sua atividade ou ainda no nosso esforço de reconstituir parte da vida dos cavaleiros templários a partir da história do que chamamos de uma representação política – o *Novum Militiae Genus*<sup>7</sup>.

O objetivo primordial é claro. A preocupação com o econômico, com as relações de poder, com a cultura ou a investigação das representações sociais no cruzamento entre cultura e relações de poder têm como alvo a reconstrução verossímil da vida e da realidade daquelas pessoas que, de certo modo, são interlocutores do historiador. Observações aparentemente óbvias, mas que nos remetem para as possibilidades/limitações de respostas e de consecução dos objetivos que podemos propor a partir da meta de buscar o homem no tempo. Pretendemos então, expondo o objetivo primordial do historiador, à maneira de introdução, realizar uma reflexão sobre as possibilidades e os limites da análise das fontes históricas<sup>8</sup>.

## O que queremos saber?

### O que queremos demonstrar?

Por volta de 1120, na Palestina, um grupo de cavaleiros, tal como informam os cronistas da segunda metade do século XII<sup>9</sup>, pretenderam se reunir em uma espécie de associação e, preocupados em cumprir um ofício legítimo para a salvação de suas almas, dedicar-se a proteção dos peregrinos nos caminhos para os lugares Santos. Apoiados pela nobreza secular e eclesiástica de Jerusalém,

<sup>1</sup>Le Goff propôs um alargamento das fontes no sentido de uma maior consideração da arqueologia e de sua contribuição para a História: “Em um artigo publicado pela primeira vez em 1971, Jacques Le Goff lamentava que a utilização pelos medievalistas dos ritos, das cerimônias e das idéias implícitas nas instituições resultava muito mais das circunstâncias – a ausência de documentos escritos – que de uma convicção. Seria necessário, dizia ele, fazer a história política com a antropologia, com a arqueologia etc”. CANDIDO DA SILVA, Marcelo. O Poder na Idade Média entre a “História Política” e a “Antropologia Histórica”. *Signum*. São Paulo, n.º 5, 2003: 238. Cândido da Silva faz referência ao texto intitulado “L'Histoire Politique est-elle toujours l'épine dorsale de l'Histoire?”. LE GOFF, Jacques. *L'Imaginaire Médiéval*. Paris: Galimard, 1985: 333-348.

<sup>2</sup>LE GOFF, Jacques. *Em Busca da Idade Média*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008: 26.

<sup>3</sup>BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002: 54.

<sup>4</sup>GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002: 16 e 31.

<sup>5</sup>ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001: 15.

<sup>6</sup>BARTHÉLEMY, D. Qu'est-ce que la chevalerie, em France aux Xe et XIe siècles?. *Revue Historique*, t. 290. Paris: Presses Universitaires de France, 1994: 32.

<sup>7</sup>Novo Gênero de Cavalaria.

<sup>8</sup>Le Goff demonstrou certo receio em utilizar o termo fonte: “Quanto ao termo fonte, ele me incomoda. Por um lado, a palavra me seduz, porque faz do documento alguma coisa viva, uma fonte de vida. Mas, por outro lado, pode levar – e levou alguns historiadores – a pensar que a história “escorre da fonte”, sai toda pronta dos documentos. Para os historiadores ‘positivistas’ do século XIX e início do século XX, era suficiente reunir documentos, fazer-lhes a crítica do ponto de vista da autenticidade (...)”. LE GOFF, Jacques. *Em Busca da Idade Média*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008: 38. Ressaltamos que ao empregarmos o termo fonte, empregamos na primeira acepção.

<sup>9</sup>GUILHERME DE TIRO. *Historia Re-rum in Partibus Transmarinis Gestarum*. MIGNE, J. P. (ed.). *Patrologiae: cursus completus*. Series secunda, in quo prouident patres, doctores scriptoresque ecclesiae latinae – a Gregorio Magno ad Innocentium III, t. 201, Paris: J. P. Migne, 1855. ERNOUL. *Chronique d'Ernoual et de Bernard Trésorier*. MAS L'ATRIE, Louis de (ed.). Paris: Rue de J. Renouard, 1871.

esses cavaleiros, estabelecidos no Templo de Salomão – daí a denominação de templários – sentiram a necessidade de incentivo. Eles demandaram a São Bernardo (1090-1153), abade de Claraval, que conseguisse o patrocínio e a proteção do Papado quanto à sua iniciativa, como aponta o primeiro documento do cartulário templário organizado pelo marquês d'Albon. Curioso frisar que o tal pedido fora feito a São Bernardo e não diretamente ao Papado <sup>10</sup>.

São Bernardo estabeleceu um contato com esses *milites*, os quais também pediram ao Santo um escrito exortativo, para animar os cavaleiros que aderissem àquela cavalaria. O *Novum Militiae Genus* representou uma imagem militar concebida por São Bernardo de Claraval, a partir de um olhar lançado sobre as práticas militares daquele grupo de cruzados que lhe pedia apoio. Esta imagem foi apresentada no seu tratado *De Laude Novae Militiae* <sup>11</sup>, escrito no segundo decênio do século XII – provavelmente entre 1127 e 1128.

Tradutores como Gregório Diez Ramos <sup>12</sup> situam esse tratado entre os anos de 1132 e 1136, após o concílio de Troyes em 1129, no qual os Templários foram oficialmente reconhecidos pelo Papado e obtiveram sua Regra. Tendo em vista as dificuldades de definir uma data específica, Jean Leclerq <sup>13</sup> considerou ser mais prudente atribuir o tratado a uma data anterior a 1136, ano da morte do cavaleiro que demandava a São Bernardo o tratado, Hugo de Payns, primeiro mestre dos Templários. Todavia, concordamos com as observações de Alain Demurger <sup>14</sup>, que situa o texto referido entre 1126 e 1129. Demurger chegou a essa conclusão tendo em vista que, no tratado de São Bernardo, os Templários não eram definidos como Ordem, mas apenas como cavalaria e que aquela era apenas uma “promessa”, algo que, naqueles anos, estava apenas no devir.

A imagem presente no tratado identificava uma nova espécie de cavalaria que se dedicava ao duplo combate: contra os inimigos de Cristo, os muçulmanos, e contra os espíritos de malícia espalhados pelo ar <sup>15</sup>. Pressionado pelas necessidades religiosas e sociais de alguns *milites* cruzados, os quais reclamavam um maior reconhecimento de suas atividades e o apoio pontifício, São Bernardo concebeu essa união dos ofícios militar e monástico em uma única pessoa <sup>16</sup>. Uma carta, anterior ao *De Laude Novae Militiae*, atribuída ao primeiro mestre templário, o *miles* Hugo de Payns, atesta as imagens e representações tecidas pelos *milites* em torno de seu próprio ofício – a guerra.

A referida carta foi assinada por Hugo Peccator. Em princípio, aquela carta foi atribuída ao cônego Hugo de Saint-Victor, pois seu autor era versado em direito canônico. Todavia, Demurger observou que “as relações de Hugo de Saint-Victor com o Templo eram inexistentes” <sup>17</sup>. Além disso, se ele fosse o

autor desse texto, não o teria enviado diretamente aos Templários, mas a Hugo de Payns, seu mestre – tal como fez Guido prior dos cartuxos por volta de 1127 <sup>18</sup>. Logo, os argumentos a favor da atribuição da autoria da dita carta a Hugo de Payns são bem verossímeis.

Hugo Peccator falava do ofício militar como sendo humilde, necessário e digno de sua recompensa – a relação que Hugo Peccator realizou entre o trabalho militar e a imagem do teto que protege as casas das intempéries é elucidativa do sentido de humildade e utilidade aportada a atividade da guerra no contexto das Cruzadas. Ele clamava aos primeiros cavaleiros templários a se manterem ativos e persistentes em sua vocação, ignorando o diabo que queria tirá-los de suas atividades através de enganos e astúcias <sup>19</sup>.

Em suma, a preocupação de Hugo de Payns, que em sua carta, datada provavelmente de 1127, era justificar o ofício militar no seio da cristandade como algo humilde, mas muito necessário. São Bernardo enfatizou esses dois pontos em seu tratado: legitimar a permanência do cavaleiro no mundo das armas como um serviço humilde, mas igualmente legítimo e útil. Dessa forma, o Santo aprofundou a ideia do *miles Christi* – cavaleiro de Cristo – conciliando a luta efetiva do cavaleiro – *miles* – com o combate metafórico do monge no claustro.

Reiteramos então que o *De Laude Novae Militiae* traz a interpretação de São Bernardo a respeito da iniciativa e das práticas de alguns cavaleiros cruzados: o *Novum Militiae Genus*. Por intermédio de São Bernardo, o Papado conheceu aqueles *milites* sob o prisma do *Novum Militiae Genus*. A partir dessas considerações, nossas questões podem ser resumidas na seguinte pergunta: considerando que essa representação fora apresentada ao Papado, como este se apropriou daquela? A partir da interpretação do *Novum Militiae Genus*, poderia haver um hiato entre o Papado, São Bernardo e a *militia*?

O Papado, ao direcionar seus olhos para eles, os *milites*, pretendia fornecer-lhes referentes para orientar suas práticas sociais, tal como pretendia São Bernardo, e, além disso, orientar sua inserção nas relações de poder. Uma orientação que afirmava cumprir o objetivo daqueles cavaleiros quanto à salvação de suas almas e o bem da Igreja. Identificar uma tentativa de direcionamento por parte do Papado evidencia, a princípio, outros dois problemas: por quais modos o Papado se apropriou da iniciativa daqueles *milites*? Quais foram suas fontes de leitura do Papado para as práticas dos templários e como se caracterizou sua relação com essas mesmas fontes? A partir de sua leitura do *Novum Militiae Genus*, o Papado pretendia intervir na sociedade de seu tempo? Houve uma distância entre a leitura do Papado, o relato de suas fontes e as propostas iniciais daqueles *milites*?

Questões muito mais complexas do que pare-

<sup>10</sup>BALDUÍNO II. Carta a São Bernardo de Claraval. ALBON, André d' (ed.). *Cartulaire general de l'ordre du Temple: 1119-1150; recueil des chartes et des bulles relatives à l'ordre du Temple*, v. 1. Paris: H. Champion, 1913-1922: 1.

<sup>11</sup>Elogio da Nova Cavalaria.

<sup>12</sup>RAMOS, Gregório Diez (ed.). *Obras Completas de San Bernardo*, v. 2. Madrid: BAC, 1953-1955: 853.

<sup>13</sup>LECLERQ, Jean. Un document sur les débuts des Templiers. *Revue de l'Histoire Ecclésiastique*, n.º 52, 1957: 81-82.

<sup>14</sup>DEMURGER, Alain. *Les Templiers: une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2005: 60-61.

<sup>15</sup>BERNARDO DE CLARAVAL. *De Laude Novae Militiae*. EMERY, Pierre-Yves (org.). *Sources Chrétiennes*, v. 367, t. 31. Paris: Éditions du CERF, 1990: 48-133.

<sup>16</sup>DEMURGER, Alain. *Les Templiers: une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2005: 19.

<sup>17</sup>DEMURGER, Alain. *Les Templiers: une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2005: 54-56.

<sup>18</sup>GUIDO DOS CARTUXOS. Carta a Hugo, prior dos Templários. UN CHARTREUX (ed.). *Sources Chrétiennes*, v. 88, t. 1. Paris: Éditions du CERF: 154-161.

<sup>19</sup>HUGO PECCATOR. Carta aos Cavaleiros de Cristo. Apud: LECLERQ, Un document sur les débuts des Templiers. *Revue de l'Histoire Ecclésiastique*, n.º 52, 1957: 86-87.

cem na medida em que situamos, após aquela documentação – a carta de Balduino II, o *De Laude Novae Militiae* e as determinações do Concílio de Troyes, onde os templários foram oficialmente reconhecidos pelo Papado e receberam dele uma norma de vida – a bula *Omne Datum Optimum* de 1139. Este documento traz os primeiros grandes privilégios e benefícios do Papado para os templários. Consideração relevante na medida em que é possível explicitar e precisar nosso objetivo: avaliar a especificidade de parte da perspectiva social e política dos primeiros templários, de São Bernardo e do Papado através do processo de constituição e reconstituição do *Novum Militiae Genus* na primeira metade do século XII. Mostra-se necessário enfatizar a diversidade de posições e de interesses, sem, entretanto prever uma evolução ou linearidade. Portanto, nossa principal preocupação é reconstituir uma realidade, ou parte desta, suas especificidades e seus eventos – transformações.

Desnecessário apresentar nossos problemas? O documento, a fonte, viria antes das questões? Estaríamos nos precipitando ao tecer aquelas questões antes de analisarmos a documentação? Ou os documentos falariam por si só? Bloch enfatizou “que os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los”<sup>20</sup>. Observação pertinente na medida em que a interação entre as indagações iniciais e a análise crítica do documento conduz ou deve conduzir a uma reconstrução ou reconstituição verossímil da realidade a qual as fontes fazem referência. Problema de método, entre outras coisas, que se liga a necessidade de pensar uma abordagem pertinente do documento e uma crítica das possibilidades e da relevância das questões colocadas ao mesmo. Assim, sugerimos que uma boa pesquisa histórica deva partir de um equilíbrio entre as perguntas e as possibilidades de análise.

Precisamos assim nossos problemas, os quais direcionam a escolha das fontes e o nosso diálogo para com elas. A partir de sua manipulação, será possível responder as nossas indagações e alcançar conclusões, senão definitivas, pelo menos bem fundamentadas. Sublinhamos, em consonância com Bloch, que a escolha das fontes não é fortuita, mas direcionada pelas perguntas e pelos objetivos propostos. Perguntas que formam um questionário em grande medida intuitivo, que fornecem um rumo inicial e provisório a se seguir e cuja existência evita “errar eternamente” ao acaso da pesquisa. No início de nossas investigações, o que temos senão a intuição?

## Das fontes: o destinatário e o público imediato

Tomemos como suporte inicial para construir

um corpo de hipóteses que respondam de maneira verossímil as perguntas feitas anteriormente quatro espécies de documentos: as *Gesta Episcoporum Cameracencium* 21, o *De Laude Novae Militiae*, a bula *Omne Datum Optimum* 22, extraída do cartulário templário organizado pelo marquês d’Albon, e o cartulário da comendadoria templária de Richerenches. A escolha desses documentos não é feita ao acaso, da mesma forma que, ao procurar as respostas para nossas perguntas, não se pode ignorar a especificidade de cada um, as possibilidades e os limites de sua contribuição e de sua análise para as respostas que pretendemos construir.

Arlete Farge fez uma consideração relevante, aparentemente óbvia, mas que traz uma ponderação útil para ter em vista a especificidade de cada documento: “mascarado ou não, ele [o documento] é carregado de intenção, a mais simples e a mais evidente sendo aquela de ser lido por outros”<sup>23</sup>. Evidentemente, uma intencionalidade dos testemunhos que varia de acordo com a natureza da fonte. Bloch<sup>24</sup> identificou uma distinção entre as naturezas das fontes baseada na intenção da mensagem e nos seus possíveis destinatários: de um lado, os documentos que seriam concebidos como uma memória a ser apresentada e transmitida para a posteridade, tal como a História de Heródoto ou as memórias dos estadistas e, de outro, os documentos nos quais não figurava o cuidado de informar à opinião pública ou aos historiadores futuros, tal como os cartulários das senhorias eclesiásticas ou laicas e as bulas de isenção que os mosteiros medievais guardavam para serem brandidas aos olhos de um bispo importuno.

Distinções também relativas às *Gesta Episcoporum Cameracencium*, à bula *Omne Datum Optimum* e aos outros documentos citados? As observações de Farge e Bloch sobre a intencionalidade e os destinatários do documento, além das observações de Le Goff acerca do documento como monumento nos levam a iniciar a identificação e a distinção de nossas fontes a partir dos seus possíveis leitores, ou para quem elas foram concebidas inicialmente<sup>25</sup>. Assim, ao mesmo tempo em que pensamos o público para o qual elas foram elaboradas, questionamos suas funções e o deslocamento que o paleógrafo, o editor e o historiador realizam ao mobilizá-las em suas análises.

Começemos pelo texto mais antigo. As *Gesta Episcoporum Cameracensium* formam um escrito que, por seu gênero panerágico, era destinado a exaltar uma personagem ilustre e a preservar a memória dos feitos dos bispos de Cambrai, especificamente de Geraldo, seu autor<sup>26</sup>. Texto escrito, ou melhor, ditado pelo bispo por volta das terceira década do século XI. A tradução da palavra latina *Gesta*<sup>27</sup> – grandes ou ilustres feitos – traz uma

<sup>20</sup>BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002: 79.

<sup>21</sup>Grandes Feitos dos Bispos da cidade de Cambrai.

<sup>22</sup>Os títulos das bulas papais são oriundos das duas ou três primeiras palavras do texto, após o parágrafo de saudação. Nesse sentido, uma tradução do título da bula *Omne Datum Optimum* ficaria da seguinte forma: Toda ótima doação.

<sup>23</sup>FARGE, Arlette. *Le Gout de l’Archive*. Paris: Éditions Du Seuil, 1989: 12.

<sup>24</sup>BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002: 76-77.

<sup>25</sup>LE GOFF, Jaques. Documento Monumento. *História e Memória*. 2ª ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1992: 535-549.

<sup>26</sup>DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982: 32.

<sup>27</sup>*Gesta*: nominativo plural neutro de *gestus*: FÁRIA, Ernesto. *Dicionário Latino-Português*. Rio de Janeiro: Garnier, 2003: 428.



conotação de elogio, de reconhecimento e de vontade de transmitir ao futuro a memória das realizações dos bispos de Cambrai. Segundo Duby, as *Gesta* são, entre outras coisas, um monumento à sagacidade e ao caráter pacífico do bispo de Cambrai. Mais do que uma memória, Geraldo se preocupou em reproduzir no texto os acordos oficiais e os juramentos prestados por seu principal antagonista, o castelão Walter, que lhe disputava o poder e a influência nos arredores de Cambrai. Tal preocupação pretenderia apresentar as provas dos direitos episcopais de Cambrai em futuros processos diante da nobreza<sup>28</sup>. Logo, as *Gesta* apresentavam inicialmente uma função de memória e prova.

Na condição de história dos grandes feitos, as *Gesta* se destinavam a um público leitor ou ouvinte difícil de precisar, mas que deveriam testemunhar os esforços e a justiça do episcopo. Ao voltar ao passado, ao tempo de seus antecessores, reconstruindo ou constituindo uma linha de tempo – talvez uma genealogia – as *Gesta* enfatizariam o caráter legítimo e antigo do poder do bispo de Cambrai. O registro das querelas entre Geraldo e o castelão Walter, que, segundo o próprio bispo, era inimigo persistente do povo cristão, e as tentativas em submetê-lo pela palavra e pelos juramentos apontariam o desejo de exaltar a autoridade do bispo e de fornecer ao leitor uma comprovação de sua boa vontade, mansidão e também a legitimidade de seu poder e de suas ações a frente da diocese de Cambrai.

Já o *De Laude Novae Militiae*, como apresentamos anteriormente, foi um elogio escrito por São Bernardo para a iniciativa dos primeiros templários. É importante enfatizar que aquele tratado fora escrito a pedido dos próprios cavaleiros e tinha como objetivo incentivar a sua ação e defender sua legitimidade. São Bernardo, aparentemente, hesitou em escrever o texto, mas no final, atendeu aos insistentes pedidos de Hugo de Payns. Ainda no âmbito dos inícios da Ordem dos Templários, situamos a bula *Omne Datum Optimum* de Inocêncio II (1130-1143). Tal bula também utilizou imagens semelhantes às mobilizadas por São Bernardo para traduzir o ofício dos templários: os macabeus<sup>29</sup>, os atos dos apóstolos e a humildade do monasticismo. Assim como São Bernardo, Inocêncio II se dirigia aos templários e pretendia incentivar e apoiar a iniciativa daqueles cavaleiros na condição de defensores da Igreja e praticantes de um ofício digno para a salvação das almas.

Entretanto, Inocêncio II foi um pouco mais longe que São Bernardo ao fazer suas considerações. A bula se esforçava por criar referências para as interações dos cavaleiros templários com os poderes secular e eclesiástico – como os templários deveriam conseguir dos bispos os capelães para a celebração dos ofícios eclesiásticos na Ordem e como deveria ser, de maneira geral, a relação da Ordem,

na condição de detentora de terras, com seus vizinhos. Tal documento foi dirigido pelo Papa ao então segundo Mestre da Ordem, sucessor de Hugo de Payns, Roberto de Craon e aos cavaleiros da Ordem. Destaquemos que o destinatário dos textos de São Bernardo e de Inocêncio II era semelhante, os cavaleiros, os escritores eram clérigos. Mas, a mensagem era a mesma?

Por fim, é preciso analisar o cartulário da comendadoria templária de Richerenches, localizada no sudeste da atual França, no Delfinado, organizado por Ripert-Monclar em 1907. Os cartulários como os de Richerenches, tomados como um conjunto de peças destinado a ser a prova de direitos, trazem algo em comum com as bulas Papais e as *Gesta* de Geraldo: são a expressão de direitos considerados legítimos ou provas de legitimidade e justiça a serem apresentadas em caso de contestação, litígio ou disputa, tal como expusemos anteriormente segundo as palavras de Bloch<sup>30</sup>.

O cartulário de Richerenches traz informações a respeito da vida econômica e social da comendadoria<sup>31</sup>, além de suas relações com seus vizinhos, leigos ou eclesiásticos<sup>32</sup>. Por outro lado, o cartulário organizado pelo marquês d'Albon apresenta bulas e outras cartas destinadas ao Templo e que dizem respeito não somente a vida regional, mas ao contexto geral da Ordem no Ocidente Europeu e na Palestina. Se o cartulário de Richerenches traz documentos que formam um conjunto coeso, ou seja, documentos organizados e editados que têm como fio condutor os assuntos templários em uma determinada região, o cartulário geral do marquês d'Albon é uma seleção documental extraída de vários arquivos e bibliotecas européias. Podemos propor que o trabalho de Ripert-Monclar foi um pouco menos complicado do que o d'Albon se considerarmos o esforço de recolher as fontes, a proximidade regional e a coesão dos documentos, oriundos de uma mesma raiz. Voltaremos ao tema da organização dos cartulários em um momento posterior.

Por enquanto, o importante a reiterar é a natureza diversa dos documentos mobilizados e sua destinação a públicos variados. É preciso considerar, além do mais, que, mesmo se esses escritos fossem destinados a um leitor específico, os templários no caso do tratado bernardino e da bula de Inocêncio II, os documentos poderiam ser apresentados a outras pessoas em contextos igualmente específicos, os bispos ou outros nobres que apresentassem alguma contestação ou se mostrassem pouco amistosos. O público inicial, assim como as características do autor, é um indício que serve não apenas para apreciar a distinção entre as fontes, mas também o caráter específico de cada mensagem.

Farge, considerando uma definição do ofício do historiador, afirmou que um dos problemas principais da crítica histórica residia na interpretação difi-

<sup>28</sup>DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982: 38.

<sup>29</sup>Os dois livros bíblicos de Macabeus informam a história dos hebreus durante o período helenístico, quando a Judéia estava sob o domínio dos soberanos seleucidas que reinavam em Antioquia. A data dos acontecimentos foi estabelecida por volta de 175 a. C. e 134 a. C. O tema dos livros resume-se à história de Judas Macabeu e seus homens que, graças à intervenção divina, reconquistaram a autonomia da sua região e a liberdade de culto que o rei Antíoco IV Epifanes tentara restringir. Judas Macabeu alcançou, segundo os livros, vitórias que pareciam impossíveis. Os cruzados também estavam em desvantagem na Palestina. A documentação e a historiografia demonstram isso na medida em que evidencia as necessidades de defensores ou os pedidos de ajuda ao Ocidente. A mobilização da imagem de Judas Macabeu e dos israelitas não foi fortuita, pois a luta de Hugo de Payns e de seus companheiros, de acordo com São Bernardo, se aproximava das metas e das dificuldades dos macabeus. A organização, a disciplina militar – alcançadas com a ajuda das práticas monásticas – a inferioridade numérica e a luta pela libertação da Terra Santa faziam dos Templários herdeiros dos macabeus. Ou melhor, segundo Bernardo, e também de acordo com certos Papas, os templários seriam novos macabeus.

<sup>30</sup>BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002: 76-77.

<sup>31</sup>Senhoria templária.

<sup>32</sup>RIPERT-MONCLAR, Marquês de (ed.). *Le Cartulaire de la commanderie de Richerenches de l'ordre du Temple (1136-1214)*. Paris-Avignon: Academie de Vaucluse, 1907: XII.

<sup>33</sup>FARGE, Arlette. *Le Goût de l'Archive*. Paris: Éditions Du Seuil, 1989: 19.

cil da presença do documento, “na pesquisa de seu significado, na localização de sua ‘realidade’ no meio de sistemas de sinais dos quais a história pode tentar ser a gramática”<sup>33</sup>. Ser a “gramática” do documento, demonstrar a especificidades e o público das fontes é indispensável para precisar as perguntas colocadas aos textos, ainda muito intuitivas, ou pelo menos avaliar sua pertinência, e, a partir daí, tecer de maneira mais clara as hipóteses oriundas de sua análise. Essas considerações de Farge, por outro lado, nos levam a perguntar: como escrever a gramática das fontes apresentadas e qual conhecimento constituir a partir delas? Os sinais da documentação que escolhemos, os quais começamos a vislumbrar, podem ajudar a responder as nossas indagações?

### O problema dos cartulários e a escolha dos documentos

Refletir a respeito da compreensão e da tradução dos sinais que as fontes nos apresentam – o estilo, o público destinado, as intenções expressas, a linguagem, as representações mobilizadas para traduzir a realidade, etc. – em suma, ser a “gramática” do documento, conduz necessariamente a refletir sobre sua presença e a forma como chegou até o presente, seus usos “originais” e seus usos “históricos”, ou seja, a função “original” e aquela que assume na análise do historiador. Além disso, pensar as lacunas e as fontes que faltam ou que se perderam no tempo é algo tão útil quanto o exame das próprias fontes. Este esforço diz respeito diretamente, assim como a reflexão sobre seu destinatário, a apreciação da função que a fonte assumia para a sociedade da qual ela era oriunda.

Nos propomos ponderar a respeito dos comentários escritos pelos organizadores e editores dos cartulários de Richerenches, da coleção de documentos templários localizados nos arquivos hospitalários e do cartulário Geral da Ordem do Templo. Os comentários dos organizadores e dos editores nos fazem pensar também sobre a presença e a ausência dos documentos, o caminho deles no devir histórico e como isso pode incidir nas possibilidades das respostas as indagações colocadas aos homens do medievo.

Segundo a Introdução escrita por Ripert-Monclar para o cartulário da comendadoria de Richerenches, o volume original do cartulário formava um manuscrito grande in-4º, atado por um pano de pergaminho que o recobria até o momento de sua publicação, em 1907. Aparentemente, entre o reinado de Luis XIV e a Revolução Francesa, o cartulário sofrera alguns danos. O autor mencionou que, em uma época impossível de precisar, talvez próxima da Revolução, o volume, composto de três partes, teve suas duas últimas partes separadas, possivelmente para facilitar a consulta na ocasião de algum processo<sup>34</sup>. Essa manipulação e divisão do cartulário, cuja

hipótese de Ripert-Monclar explica de forma verossímil, é algo que Farge<sup>35</sup> chama atenção ao mencionar como os panfletos injuriosos eram arrancados de seu suporte material pela polícia do século XVIII ou como a umidade exercia sua ação sobre os documentos de certos arquivos.

A manipulação do cartulário, no século XII – a forma de sua escrita e de sua edição inicial – ou durante o Antigo Regime, assinala a utilização e o papel que o documento assumia naquele período como algo para ser mobilizado nos tribunais. Tal observação se aproxima da distinção que Bloch considerou a respeito dos vestígios que não foram constituídos como memória histórica, ou seja, para serem lidos por historiadores, ou como testemunho amplo para gerações futuras. É preciso conceber o papel que a fonte tinha nas sociedades que a produziram, pois essa consideração influencia a análise e a leitura da mesma fonte ao concebermos os deslocamentos que operamos ao mobilizá-la para responder as nossas indagações.

Quanto à presença/ausência das fontes concernentes aos templários, Joseph Delaville Le Roulx, no comentário de sua edição dos documentos templários presentes nos arquivos hospitalários<sup>36</sup>, observou que “ninguém, de fato, ignora que os arquivos do Templo estão perdidos; uma obscuridade profunda – misteriosa mesmo como tudo isto que toca aos Templários – cerca o desaparecimento de seus arquivos”<sup>37</sup>. Segundo J. Beyssac, que escreve o prefácio do cartulário organizado por d’Albon, essa impressão de “desaparecimento dos arquivos” foi um dos móveis para o marquês realizar sua proposta: “é precisamente para remediar a **insuficiência das provas aportadas** até aqui a história do Templo, que o marques d’Albon se havia proposto de procurar e de atualizar todas as peças que podiam **lançar luz sobre este período ainda misterioso e incerto**”<sup>38</sup>.

Le Roulx<sup>39</sup> teceu algumas hipóteses para explicar o possível “desaparecimento” dos documentos templários: a expulsão dos cristãos da Terra Santa em 1291 teria feito os templários a destruírem seus arquivos e a captura dos cavaleiros templários, em 1308, pelo rei francês Filipe IV, o Belo, teria pressionado o último mestre da Ordem, Jacques de Molay a queimar os arquivos. Outras hipóteses dizem respeito ao próprio rei Filipe e a Ordem do Hospital terem destruído os arquivos, talvez para apagarem a memória ou as provas dos direitos das propriedades e dos bens templários. Le Roulx descartou todas essas hipóteses, pois os templários, antes da queda de Acre em 1291 tiveram tempo para retirar seus arquivos da Terra Santa; não há indícios de que Jacques de Molay tenha tido intenção ou tempo para destruir documentos da Ordem; o rei Filipe, o Belo, na condição de interessado nos bens da Ordem tinha necessidade de conservar seus arquivos; os documentos templários levantados por

<sup>33</sup>RIPERT-MONCLAR, Marquês de (ed.). *Le Cartulaire de la commanderie de Richerenches de l'ordre du Temple (1136-1214)*. Paris-Avignon: Académie de Vaucluse, 1907: IX.

<sup>34</sup>FARGE, Arlette. *Le Goût de l'Archive*. Paris: Éditions Du Seuil, 1989: 72.

<sup>35</sup>Os hospitalários, assim como os templários, eram uma Ordem Militar e Religiosa, cujas origens também remontam a primeira metade do século XII. Em 1312, quando os templários foram extintos, uma possível solução para o problema dos bens da Ordem no Ocidente era a sua transferência para o Hospital. Entretanto, como alguns reis europeus, em particular, o rei português, discordaram dessa solução, os hospitalários não conseguiram receber grande parte daqueles bens.

<sup>36</sup>DELAVILLE LE ROULX, Joseph (org.). *Documents Concernants les Templiers Extraits des Archives de Malte*. Paris: 1882: 4.

<sup>37</sup>ALBON, Marquês André d' (ed.). *Cartulaire general de l'ordre du Temple: 1119-1150; recueil des chartes et des bulles relatives à l'ordre du Temple*. 2 vols. Paris: H. Champion, 1913-1922: IX. grifos nossos.

<sup>38</sup>DELAVILLE LE ROULX, Joseph (org.). *Documents Concernants les Templiers Extraits des Archives de Malte*. Paris: 1882: 4-9.

Le Roulx nos arquivos do Hospital demonstram que os hospitalários, os quais, na ocasião da supressão do Templo em 1312, deveriam ser os herdeiros do Templo, conservaram alguns documentos em seus arquivos.

Alain Demurger<sup>40</sup>, especialista na Ordem dos Templários, observou que as fontes concernentes ao Templo são diversas, estão dispersas, mas não são tão raras quanto se imagina. No levantamento que realizamos acerca da documentação templária, entre bulários, cartulários, tratados e outros documentos, fomos capazes de endossar a observação de Demurger. A “dispersão” explica a sensação de raridade e de mistério que os intelectuais do final do século XIX sentiam. Sensação que muitas vezes permanece nos dias atuais.

Essas ponderações sobre a transmissão e a existência das fontes templárias se mostram como um exercício importante, não para lamentar, no viés da sensação de “dispersão” ou “desaparecimento documental” de certos intelectuais do século XIX ou o não contato com determinadas fontes que poderiam trazer subsídios para nossas hipóteses. Mas, tal prática é relevante na medida em que:

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito de não se sabe qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações<sup>41</sup>.

Os cartulários templários foram concebidos para serem preservados até os dias de hoje? Trazer o documento para a coleção ou para o cartulário e transformar o documento em monumento é em certa medida desviá-lo de sua função “original”<sup>42</sup>. Uma noção de desvio que notamos na vontade de d’Albon, mas cuja consciência, em nosso estudo e em qualquer trabalho historiográfico, é indispensável para o esforço de resolução de nossos problemas. “Desviar” um documento é um exercício crítico que nos faz ir além do discurso contido e das intenções explicitamente manifestadas, pois situa o mesmo discurso e as suas intenções no tempo e em contextos específicos, questionando as possibilidades e os limites de sua produção.

Em outras palavras, refletimos e concebemos os usos que o passado dava ao que chamamos de fonte ou documentação. Usos que se relacionam com escolhas efetuadas quando os vestígios entram no tempo – no momento da “confeção”, urdidura ou construção dos próprios documentos. Ripert-Monclar observou que certas lacunas no cartulário de Richerenches parecem resultar do fato que os

registros omitidos foram inseridos em seguida dos fatos para os quais voltavam a atenção:

É assim que a doação ao Templo do palácio São João, em Saint-Paul-Trois-Château, de 19 de março de 1136, somente foi registrada sob o número 128, quando o bispo, contestando os direitos senhoriais da Ordem, ligados a este palácio na vila de Saint-Paul, motivou a declaração dos doadores sobreviventes de 21 de abril de 1172, inserida sob o número 122<sup>43</sup>.

Salientamos uma preocupação com a justificação da doação e não com a memória da Ordem. Se desviamos o documento, não questionaríamos tanto o ato da doação em 1136 ou o texto atrasado de 1171, mas os jogos de poder e a disposição das interdependências entre um momento e outro momento e o significado do registro para essas mesmas interdependências.

### **Das possibilidades e dos limites das repostas: a verdade – “como posso saber o que vou lhes dizer?”<sup>44</sup>**

Podemos questionar a respeito das escolhas dos autores das *Gesta Episcoporum Cameracensium*, do *De Laude Novae Militiae* ou da *Bula Omne Datum Optimum* ao proporem discursos sobre uma determinada realidade: seja o contexto das disputas de poder em Cambrai ou a identidade de uma confraria de cavaleiros que daria origem a Ordem dos templários. Possivelmente o bispo Geraldo, o abade Bernardo, o Papa Inocêncio II ou o escriba de Richerenches em 1171 pretenderam escrever ou relatar uma imagem perfeita daquilo que tinham em vista e estabelecer um discurso verdadeiro.

Todavia, na qualidade de homens posicionados de forma diferente no meio social, teriam distorcido a verdade a qual queriam registrar? O registro atrasado do cartulário de Richerenches, a manipulação dos cartulários pela posteridade e as escolhas, omissões ou ênfases dos escritores eclesiásticos, considerando que eles não nos mostrem um espelho da realidade, leva a uma indagação sobre a verdade e a possibilidade de sua consideração. Os cartulários nos mostram a verdade acerca dos direitos das comendadorias dos templários? Ou as bulas, as *Gesta* e os tratados retratariam o que foram os templários ou os cavaleiros nos séculos XI e XII?

Bloch refletiu que documentos como os cartulários, mesmo sem a intenção implícita de informarem os historiadores, não seriam mais verdadeiros do que, por exemplo, os tratados ou as *gesta*. Se, novamente, consideramos a distinção feita por esse historiador entre fontes destinadas primordialmente a informar a posteridade e fontes cujos usos e intenções se remetem somente a um círculo bem restrito não é possível afirmar que:

Os documentos desse gênero sejam, mais que

<sup>40</sup>DEMURGER, Alain. *Les Templiers: une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2005: 615.

<sup>41</sup>BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002: 83.

<sup>42</sup>LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. *História e Memória*. 2ª ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1992: 537-538.

<sup>43</sup>RIPERT-MONCLAR, Marquês de (ed.). *Le Cartulaire de la commanderie de Richerenches de l'ordre du Temple (1136-1214)*. Paris-Avignon: Academie de Vaucluse, 1907: XI.

<sup>44</sup>Apropriamos esta parte do título de um raciocínio de Bloch: “à frente das obras históricas do gênero sério, o autor em geral coloca uma lista das cotas de arquivos que vasculhou, das coletâneas de que fez uso. Isso é muito bom. Mas não basta. Todo livro de história digno desse nome deveria comportar um capítulo ou, caso se prefira, inserida nos pontos de inflexão da exposição, uma série de parágrafos que se intitularia algo como: “como posso saber o que vou lhes dizer?” BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002: 83. Certamente, a proposta de Bloch não deve ser restringida, no presente caso, apenas a reflexão dos cartulários templários, mas à todo trabalho historiográfico. Entretanto, a pergunta parece pertinente para compor o título dessa parte na medida em que traz em si a reflexão sobre os destinatários, sobre os usos e as funções dos documentos no passa-



outros, isentos de erro ou mentira. Não faltam bulas falsas, e, assim como todos os relatórios de embaixadores, nenhuma carta de negócios diz a verdade. Mas a deformação aqui, a supor que exista, pelo menos não foi concebida especialmente em intenção da posteridade<sup>45</sup>.

A falsificação e a distorção seriam algo tão importante quanto o atraso dos registros, tal como apresentamos anteriormente? A falsificação, a possível distorção e o atraso são importantes na medida em que enfocam as interações, conflitos e disputas em um determinado contexto e o posicionamento dos sujeitos históricos.

É preciso, além do mais, considerar o papel atribuído às construções como o *Novum Militiae Genus* na sociedade de São Bernardo e Inocêncio II. Entrementes, conceber tal representação como espelho da realidade ou como sua descrição, sem um esforço conceitual historiográfico seria desprezar as relações de força e as perspectivas distintas que compunham as interdependências e relações de poder daquele período. Certamente São Bernardo e Inocêncio II não qualificaram o *Novum Militiae Genus* como uma representação política, assim como não conceberiam o que chamamos de imaginário ou distinguiriam o real da realidade<sup>46</sup>, mas, mobilizando esses conceitos para entender o suporte social e as relações de poder, situamos nosso trabalho, para além de descrever o *Novum Militiae Genus*. Conceber a perspectiva, o “olhar” de Inocêncio II ou a representação descartada, a princípio, a possibilidade de conhecer a “Verdade” sobre os templários, mas traz a possibilidade de conhecer uma versão acerca dessa “Verdade”.

Nesse esforço, nos alinhamos próximos do que considerou Farge quanto ao arquivo mostrar, não a verdade, mas um discurso sobre a verdade:

O arquivo não diz talvez a verdade, mas ele diz da verdade, no sentido que entendia Michel Foucault, isto é, deste modo único que ele tem de expor o Falar do outro, tomado entre as relações de poder e ele mesmo, relações que não somente ele suporta, mas que ele atualiza verbalizando-as. Isto que é visível, lá nestas palavras esparsas, são os elementos da realidade que, por sua aparição em um tempo histórico dado, produzem sentido. E sobre sua aparição que é necessário trabalhar, e aqui que devemos tentar a decifração<sup>47</sup>.

Extraír o documento do arquivo e depois mergulhar no seu discurso sobre a verdade é um trabalho que nos remete ao que Beyssac expôs sobre o marquês d’Albon: “Ele se havia imposto a necessidade de transcrever todos os documentos na sua integridade, sem se permitir alguma escolha, nem alguma supressão, convencido que esta escolha seria forçosamente arbitrária ou criticável e que

havia uma vantagem real em reproduzir os textos sem cortes”<sup>48</sup>. Critérios de um paleógrafo experiente e de alguém que, de acordo com o próprio Beyssac, era conhecedor das “mais severas regras históricas”. Já Farge considerou “este mergulho no arquivo como um gesto artesão, lento e pouco rentável, onde alguém re-copia os textos, pedaço por pedaço, sem transformar nem a forma nem a ortografia, nem mesmo a pontuação”<sup>49</sup>.

O esforço de d’Albon é algo que se relaciona com o “gosto do arquivo”, mas não é o fim ou a meta do trabalho, recolher o documento do arquivo, do cartulário ou da coleção documental, copiá-lo, deve necessariamente, a partir do momento em que se coloca uma questão ou um problema, conduzir para a tradução e a interpretação do que está escrito, um esforço para transformar o monumento em documento e transformar a história em gramática da fonte. O que para Albon era o fim, para Farge é uma etapa muito importante. Tirar o documento de seu suporte original, ou seja, deslocá-lo sob o efeito de nossas indagações e recolocá-lo sobre uma nova base e um novo prisma já supõe um trabalho de interpretação. Os nossos documentos, descolados de sua função original e de seu público, não dizem, portanto, a “Verdade”, mas revelam um discurso sobre a “Verdade”. Descobrir quem eram os templários é um esforço possível? Em outras palavras, é possível conhecer os templários a partir dos discursos sobre eles? Investigar tais discursos não seria, de certo modo, conhecê-los e alcançar um pouco do objetivo traçado por d’Albon ao iniciar suas pesquisas? Abrir mão da “Verdade” e abraçar o verossímil é algo inerente ao esforço da história ser a gramática da fonte.

A partir dessa reflexão sobre a verdade, mencionemos que a bula de Inocêncio II, em determinado momento, estabelecia o seguinte: “(...) nenhuma pessoa secular ou eclesiástica ouse exigir, por homem ou juramento, do mestre e dos irmãos da mesma casa, as fidelidades ou as seguranças restantes que são frequentes entre os seculares”<sup>50</sup>. O que essa passagem me permite conjecturar? São Bernardo, assim como Hugo Peccator, pretendia justificar o ofício militar, como vimos anteriormente. Especificamente São Bernardo, pretendeu elogiar e incentivar os *milites* templários realizando uma associação estreita entre o ofício monástico e o ofício da guerra. A ideia era legitimar a inserção social daqueles cavaleiros enfatizando sua retirada e seu afastamento do mundo e das coisas seculares perniciosas a salvação da alma.

Inocêncio II teria ido além vislumbrando a reinserção dos templários nas relações de poder e nas interdependências sociais. Se, os templários, na qualidade de nobres oriundos do século, abraçavam o *Novum Militiae Genus*, tal como foi exposto por São Bernardo, o problema era como

<sup>45</sup>BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 77.

<sup>46</sup>Tomamos como referência, para nossas análises, a distinção entre a realidade e o real expressos por Laplantine e Trindade: “objetos existem no mundo da sociedade e da natureza com características físicas e sociais específicas, definidas pelas suas experiências históricas, pelas condições ecológicas e pelos seus contextos socioculturais”. A realidade consiste em que as pessoas, os objetos sociais e o mundo material existem independentes de nossa presença e dos significados que se atribui a eles. Já o real “é a interpretação que os homens atribuem à realidade. O real existe a partir das idéias, dos signos e dos símbolos que são atribuídos à realidade percebida”. (LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liana. *O Que é Imaginário?* São Paulo: Brasiliense, 1996: 11-12).

<sup>47</sup>FARGE, Arlette. *Le Goût de l’Archieve*. Paris: Éditions Du Seuil, 1989: 40-41.

<sup>48</sup>ALBON, Marquês André d’ (ed.). *Cartulaire general de l’ordre du Temple: 1119?-1150; recueil des chartes et des bulles relatives à l’ordre du Temple*, 2 vols. Paris: H. Champion, 1913-1922: IX.

<sup>49</sup>FARGE, Arlette. *Le Goût de l’Archieve*. Paris: Éditions Du Seuil, 1989: 25.

<sup>50</sup>(...) fidelitates, hominis sive juramenta, vel reliquis securitates, que a secularibus frequentantur, nulla ecclesiastica secularisve persona, a magistro et fratribus ejusdem domus exigere audeat. INOCÊNCIO II. Bula Omne Datum Optimum. ALBON, André d’ (ed.). *Cartulaire general de l’ordre du Temple: 1119?-1150; recueil des chartes et des bulles relatives à l’ordre du Temple*, v. 02. Paris: H. Champion, 1913-1922: 375-379. Trad. Nossa.

eles, em sua nova condição, tomariam contato com aquele mesmo século. A bula não nos mostra como eram os templários, mas como esses cavaleiros foram entendidos a partir da leitura de Inocêncio II do *Novum Militiae Genus* bernardino. Como leitor, Inocêncio II realizara, já naquele momento, um deslocamento do escrito Bernardino e da representação aí presente?

Logo, Inocêncio II, ao se deparar com o *Novum Militiae Genus* e ao registrar aquela proibição, tinha no horizonte, além do escrito bernardino a forma como as interações e as interdependências ocorriam em seu tempo. A proibição não se dirige a apenas aos templários da Palestina, mas a todas as comunidades da Ordem, que a partir de 1128, começavam a se multiplicar no Ocidente. Logo, mesmo se considerarmos a especificidade das relações de poder em cada região da Europa, a proibição de Inocêncio II previa certa homogeneidade em seu interior. Um olhar atento ao mapa que localiza as comunidades templárias no Ocidente pode nos proporcionar o que tinha em vista Inocêncio II ao escrever sua bula. E as *Gesta* do bispo de Cambrai?

Não é possível afirmar que o Papa lera as *Gesta Episcoporum Cameracensium*. Entretanto, as *Gesta* de Geraldo nos proporcionam, além de perceber o olhar de um bispo acerca das relações de poder na cidade de Cambrai, problematizar as interações e as formas de resolução de conflitos presentes naquela sociedade. As *Gesta* foram escritas cerca de cem anos antes do pontificado de Inocêncio II, mas as palavras do Papa, comparadas com a narrativa do bispo, apontam a permanência das interações registradas por Geraldo. Nesse sentido, a comparação entre as *Gesta* e a bula se justifica. As *Gesta* nos proporcionam lançar um pouco de luz sobre a sociedade na qual o Papa pretendia interferir a partir do *Novum Militiae Genus*, além de conceber e conjecturar, com um pouco mais de segurança, a respeito do olhar do Papa sobre a sociedade de seu tempo. Acrescenta-se a isso que a comparação entre as *Gesta* e a bula traz um novo problema a ser investigado: o Papado, a partir de sua leitura dos templários, interferiu no poder dos bispos e na forma como esses resolviam seus conflitos?

Da mesma forma, os cartulários, documentos contemporâneos à bula de Inocêncio ajudam a reconstituir as teias sociais nas quais os templários se inseriam. Os cartulários se remetem a realidades bem regionais, como foi observado, entretanto, não seria relevante comparar essas realidades, das quais aqueles documentos poderiam nos fornecer alguns pontos de vista, e as iniciativas gerais do Papado? Seriam realidades distintas ou relacionadas? Nesse sentido, sugerimos que, se as palavras papais se dirigiam aos templários, os cartulários podem ser fonte para investigar a relação do discurso papal com as realidades regionais do

Templo, tendo, em nossa pesquisa, um papel semelhante ao das *Gesta* do bispo Geraldo. O ponto fundamental de nosso diálogo com as fontes não são os Templários, mas a investigação do discurso papal acerca deles.

### As funções do documento

Conjecturamos que o Papado teria se apropriado do *Novum Militiae Genus* e tecido uma interpretação do mesmo tendo em vista as interdependências e as formas de associação comuns em seu tempo. As diferentes, mas não totalmente discordantes, interpretações de São Bernardo e Inocêncio II se ligam intimamente a perspectiva de cada um, ou ao olhar lançado sobre os templários a partir de um lugar, de uma preocupação e de uma experiência específicos. A análise das fontes torna possível avaliar essa perspectiva.

Contrapor a bula, o tratado, as *Gesta* e os cartulários no ajudam a reconstituir os discursos sobre a verdade e as teias de poder nos quais aqueles sujeitos históricos estavam inseridos ou pretendiam se inserir. Nosso objetivo foi, portanto, problematizar o olhar de Inocêncio II sobre os templários criando possibilidades através da mobilização e contraposição de fontes de diferentes emissores, de diferentes períodos, em suma, de fontes com diferentes características, mas que em conjunto ajudam a construir uma hipótese plausível sobre a relação entre o Papado, especificamente Inocêncio II e a Ordem dos Templários na primeira metade século XII. Assim, a partir de nossa conjectura, perguntamos: os documentos que utilizamos são a prova disso? Qual a sua função dentro do nosso recito? Ao reproduzirmos a fala de Inocêncio II, o que pretendemos?

Farge<sup>51</sup> chamou a atenção para o fato de a citação aparecer bem frequentemente ao socorro da escrita e afirmou ser necessário refletir sobre seu emprego para que ela não apareça nem como o meio errado de aportar provas onde um raciocínio seria necessário. A autora salienta que é sempre possível fornecer uma citação contrária àquela que se quer escolher. Ou seja, a documentação pode apresentar ou apoiar um discurso contrário a nossa conjectura. Afinal, Inocêncio II, em sua bula, afirmava sua preocupação com o bem dos templários e com a salvação de suas almas sem ser explícito quanto a outras considerações, tal como um possível “cálculo” para assegurar, de maneira mais eficiente, a fidelidade dos templários no interior do contexto das interdependências e das relações sociais da nobreza.

Nesse sentido, propomos que o que prova a verossimilhança de nossa conjectura não é fala de Inocêncio II, mas a forma como comparamos a sua bula com outros documentos e tecemos nossas observações, guiados por nossas questões iniciais. A passagem que citamos chama a nossa atenção e

<sup>51</sup>FARGE, Arlette. *Le Goût de l'Archive*. Paris: Éditions Du Seuil, 1989: 91-93.



merece ser destacada na medida em que estabelece um diálogo com pontos de vista distintos sobre a cavalaria – São Bernardo – e sobre as interdependências da nobreza – Geraldo de Cambrai, proporcionando uma consideração, senão precisa, pelo menos um pouco mais segura da perspectiva de Inocêncio II.

Ainda segundo Farge, o documento teria basicamente três funções no escrito historiográfico: inserir uma nova situação pela força abrupta de sua expressão, servindo de início ou reinício, fazendo progredir o recito historiográfico. Fazer “brotar” uma surpresa, tendo por meta romper as evidências até então apresentadas. Modular as manias ou as falas sagazes e acadêmicas do historiador através do surgimento da fala do outro. As considerações de Farge servem para reforçar nossa ideia de que o historiador não é repetição do arquivo, mas aquele que o desinstala e coloca suficientemente a inquietação de interrogar sobre o porquê e o como, não somente de sua fonte, mas também sobre o como e o porquê de sua atenção ser retida pelo mesmo arquivo ou por um determinado fragmento desse arquivo.

Na medida em que enfatizamos, alinhados com autora supracitada, a questão de que o documento não é suficiente para comprovar a nossa conjectura e a necessidade de deslocá-lo, perguntamos: como nossas reflexões anteriores sobre o destinatário da fonte, sobre a sua função, seja no passado ou na pesquisa histórica, e sobre o problema do discurso e da verdade podem ser relevantes para nossas observações?

Refletir sobre o destinatário de uma mensagem ou de um documento leva a considerar uma relação, nem sempre “pacífica” ou consensual. O tratado, a bula, as *Gesta* e os cartulários, para se deter somente na documentação mencionada no presente texto, trazem essa dimensão. Considerar o papel que as fontes tinham para os sujeitos históricos, seja a memória ou a manutenção e prova de direitos, remete também a uma relação entre os agentes nela envolvidos. Da mesma forma, pensar o estilo de um escrito leva ao questionamento não apenas da forma como uma mensagem era passada para o público, mas como uma relação de poder e seus componentes eram traduzidos e interpretados.

Ponderar sobre os discursos sobre a verdade ou a abordagem das representações acerca do real ou de suas componentes também remete a relações e disputas, algumas vezes veladas ou disfarçadas, entre os emissores, os representados e os receptores – seja Geraldo de Cambrai, a nobreza flamenca e Walter seja Inocêncio II e os templários ou ainda estes dois últimos e São Bernardo de Claraval. Se os autores estão diferentemente posicionados na sociedade, seus escritos revelarão um diferente posicionamento quanto ao que poderíamos chamar de “Verdade” ou quanto ao

real. Pensar esses discursos sobre a verdade é algo que se aproxima do deslocamento da função da fonte a que nos referimos anteriormente.

Deslocar a fonte também é pensar a relação do historiador com a sua fonte e o alcance, as possibilidades e os limites de sua análise e de suas indagações inicialmente intuitivas. Nossas observações a respeito dos comentários dos editores dos cartulários templários fornecem subsídios para complementar nossa reflexão acerca desse deslocamento – a função de prova atribuída pelo Marquês d’Albon aos documentos templários e nosso esforço para questionar as interações entre o Papado e os templários é um indício desse deslocamento da função e dos leitores originais do documento.

Inserir o documento no relato historiográfico, o que implica em deslocá-lo, não supõe um anacronismo, mesmo quando tomamos as *Gestas* do século XI contrapostas à bula do século XII. Percebemos na bula *Omne Datum Optimum* um olhar sobre as interdependências e as relações de poder, as quais apresentam características semelhantes com a representação de Geraldo de Cambrai – menção aos juramentos e nos acordos entre os poderes secular e eclesiástico tendo em vista uma forma singular de resolução de conflitos: a vassalagem. O olhar de Inocêncio II é sobre essas relações e ele apresenta uma vontade de interferir nelas. Logo, considerando toda a especificidade de cada uma das fontes, a comparação ajuda a ressaltar a mudança, a ruptura e a particularidade do olhar de um e outro sobre a sociedade de seu tempo. Considerar essa especificidade não pode ser um exercício profícuo para compreender os discursos sobre a verdade, tal como foram definidos por Farge?

Além de problematizar esses discursos, procurando demonstrar os fundamentos de nossas conjecturas, essas reflexões foram relevantes também para questionar a pertinência de nossas indagações. Afinal, a especificidade das fontes, tal como expusemos anteriormente, é algo indispensável para avaliar qual pergunta se pode fazer ao documento e qual indagação é legítima seguir para buscar uma possível resposta. O ponto primordial é constituir uma leitura e uma instrumentalização – talvez o termo manipulação soe um pouco negativo – da fonte que a considere em toda sua particularidade e ao mesmo tempo sirva para abrir caminhos para uma reconstrução, na esteira da proposta de Romeiro, Ginzburg e Barthélemy, de parte da realidade e da experiência vivida pelos sujeitos históricos.